

Assim, as atividades de fazer Educação estão fortemente enraizadas e enraízam todas as ações daqueles que lutam para tornar a Terra produtiva. E é importante reconhecer o quanto há nas mesmas competência e profissionalismo.

Antes de visibilizar algumas realizações do MST na dimensão educacional, parece oportuno referir de fazeres, aparentemente externos ao MST ou talvez onde ele não seja o sujeito das ações. Em um segundo momento contemplo as do Setor de Educação do MST.

Mesmo sem dispor de estudos mais quantificados, parece que se pode afirmar que, em diferentes regiões do país, há uma significativa adesão da comunidade acadêmica às propostas do MST. Essa participação se dá em duas dimensões: por iniciativa pessoal de intelectuais e também por parcerias institucionais. Elas ocorrem tanto entre universidades públicas como entre as particulares.

As iniciativas pessoais são de características muito diferenciadas. Há um número representativo de teses e dissertações, mais acentuadamente nos Programas de Pós-Graduação em Educação que têm como problema de pesquisa as realizações de Educação do MST, especialmente a alfabetização, preservação de saberes e também estudos envolvendo exclusão e inclusão social. As origens destes trabalhos são: a busca de respostas de interrogações dos pesquisadores ou militantes que transformam sua prática em objeto de pesquisa.

Há ainda intelectuais que se envolvem em ações que têm a marca de fazeres comprometidos com a busca da diminuição das desigualdades sociais. Nessa dimensão, intelectuais inquietos com políticas governamentais que trazem marcas do modelo econômico dominante na América Latina encontram nas ações dos homens e mulheres do MST parceiros com os mesmos horizontes. O mundo da Academia tem sido um lócus privilegiado, mas ainda sem muita ousadia, na contestação das propostas neoliberais globalizadas.

Mesmo que pareça pretensioso, permito-me contar das emoções que senti na comunidade acadêmica, quando recentemente (julho de 2000), fiz colocar no meu último livro *Alfabetização científica: Questões e desafios para a Educação*² – onde faço uma crítica contundente ao cientificismo que atravessa a sociedade e as escolas,

procurando desconstruir a imagem de uma ciência asséptica e isenta, contrapondo-me ao esquema confortável em que muitos cientistas se colocam ao separar sua produção científica propriamente dita da aplicação de sua produção – esta mensagem: *Os direitos autorais desta edição destinam-se ao Departamento de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*³. Sei de várias pessoas que se sensibilizaram quando viram essa

colocação, não foram poucos que me cumprimentaram efusivamente por isso e outros há que compraram o livro especialmente por isso. Mais que os 100 exemplares (10% dos 1.000 exemplares da edição) que o MST já recebeu e distribuiu o livro em

escolas em vários pontos do Brasil, está a ampliação de sonhos de ajudar numa melhor alfabetização científica dos homens e das mulheres.

Mesmo que traga um exemplo pessoal, ações assim não são isoladas. Há inúmeros pesquisadores que por escolherem escolas de acampamento ou de assentamento para as suas investigações contribuem materialmente em muitas ações (Knijnik: 1995). Mesmo que invoque uma semelhança que tenha rancos criticáveis, vejo nestes homens e mulheres da Academia, os missionários hodiernos.

Há, todavia uma maravilhosa história dentro da história sangrenta da luta pela terra em nosso país que é desconhecida do grande público. Vemos, quase diariamente, páginas tristes narrando embates de brasileiros lutando por condições para poder produzir. Quando se olham os relatos se corre o risco de uma leitura reducionista: a de que estas mulheres e estes homens lutam apenas por um pedaço de terra. Quando se discute a problemática da Reforma Agrária num país de tantos contrastes na distribuição de terras, as questões mais gerais não se deixam mostrar – e, às vezes, são propositalmente escondidas – uma das lutas maiores do MST: a Educação, ou mais especificamente, uma Educação de qualidade para todos.

Esta é uma história que nasce com os primeiros acampamentos, no início dos anos oitenta. Já nos acampamentos – tempo fértil de preparação para a vida nos assentamentos –, ao lado de discutir as questões relativas à forma de produzir, de comercializar, de organizar a própria vida, se busca refletir intensamente os assuntos de Educação. E esta não é pensada apenas na dimensão de se oferecer escola às crianças, mas também e principalmente, de como as mulheres e os homens que passam a se

Esta é uma história que nasce com os primeiros acampamentos, no início dos anos oitenta. Já nos acampamentos – tempo fértil de preparação para a vida nos assentamentos –, ao lado de discutir as questões relativas à forma de produzir, de comercializar, de organizar a própria vida, se busca refletir intensamente os assuntos de Educação.

constituir em uma nova célula de produção podem se tornar, através da Educação, cidadãos e cidadãs mais críticos.

As ações de Educação do MST se fazem presente em 23 do 26 estados do Brasil e acontece em diferentes frentes: educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, formação de educadores (cursos não formais, cursos formais de Magistério e de Pedagogia) e ensino médio na área de formação de técnicos em administração de assentamentos e cooperativas.

As ações não estão centralizadas no oferecimento de educação - isso é de ter escolas, mesmo que o número dessas já seja significativo - mas em lutas pelo direito à educação básica e construção de uma escola voltada às necessidades do campo. As escolas dos assentamentos são escolas públicas. Nos acampamentos também se quer garantir, por primeiro e exclusivamente, a escola pública. No Rio Grande do Sul isto foi conseguido a partir de 1996, com a aprovação pelo Conselho Estadual de Educação da Escola Itinerante dos Acampamentos do MST, que são escolas móveis que acompanham o movimento da luta pela terra.

Para que se possa fazer uma avaliação (com dados de julho de 2000) da dimensão das ações de Educação do MST, bastaria lembrar que em acampamentos e assentamentos de todo Brasil há aproximadamente 150 mil crianças freqüentando as mais de 1.200 escolas ligadas ao MST, isto significa cerca de 3.800 mil professoras e professores do ensino fundamental e 25 mil jovens e adultos com os quais se envolvem 1.200 mil educadoras e educadores. Há, ainda, programas de educação infantil - as *Círculos Infantis*⁴ - onde se envolvem 250 educadores. Há também diferentes cursos supletivos ou alternativos (estes de ensino médio e fundamental) para capacitar aos homens e mulheres envolvidos na luta pela Reforma Agrária. Centenas de monitores atuando no Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos estão ensinando a ler, escrever e fazer as contas para milhares de pessoas.

Menos que nos impressionarmos com os números acima é preciso que se distinga a qualidade da Educação que se faz. Há ações muito ricas, mesmo que possam ser pobres na forma. É fácil imaginar a precariedade de algumas destas escolas de acampamentos (legais ou não), muitas das quais funcionando nestas verdadeiras cidades de lona preta, que vemos nas margens de rodovias brasileiras. Muitas vezes estas escolas tem uma só peça, onde as crianças das quatro primeiras séries do ensino fundamental estudam juntas com um mesmo professor ou professora. Há outras situações, especialmente onde os assentamentos já têm uma vida mais consolidada, onde a escola é a principal e mais bonita construção da vila, na qual, durante o dia, as crianças têm sua escolarização acompanhada por

professoras e professores que não só receberam uma formação especializada, mas são continuamente assistidos no seu fazer pedagógico pelo Setor de Educação do Movimento.

À noite, usualmente a escola é freqüentada por jovens e adultos que não apenas buscam uma Educação formal, mas procuram se tornar mais capazes naquilo que é específico para as suas lides, e isto inclui uma sólida formação política. A escola de um assentamento geralmente é o grande pólo cultural que nos fins de semana se transmuta em igreja e em centro comunitário, isto é local de recreação e de intensa vivência participativa.

Uma das instituições de ensino mantida pelo MST é o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA em Veranópolis no Rio Grande do Sul - sonhado embrião da Universidade da Terra - que já formou 7 turmas do Curso de Magistério, 7 turmas do Curso de nível médio de Técnico em Administração de Cooperativas/TAC, 1 turma do Curso de nível médio de Técnico em Administração de Assentamentos/TAA e 2 turmas do Curso de Especialização em Administração de Cooperativas/CEACCOOP, este em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e com a Universidade de Campinas (UNICAMP).

Há em funcionamento cinco cursos de nível superior para formação professoras e professores em parceria com cinco universidades (Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/UNIJUÍ, Universidade Estadual do Mato Grosso e Universidade Federal do Espírito Santo). Hoje o MST já tem parceria com 40 universidades brasileiras, entre essas estão as de mais significativa produção intelectual. A esses dados podem ser aditados já dois grupos (um de 13 e outro de 12 estudantes) que iniciaram em 1999 e em 2000 estudos de Medicina em Cuba.

Para que se tenha uma idéia da importância do Setor de Educação do MST basta referir que o mesmo edita três séries de publicações temáticas especializadas: "*Cadernos de Formação*" onde já foram publicados 19 números, alguns dos quais reeditados em várias edições, algumas das quais em espanhol e "*Cadernos de Educação*" com nove números publicados e "*Boletins de Educação*" com seis números-temáticos publicados. Há ainda três coleções "*Fazendo História*" que já tem 4 títulos, "*Fazendo Escola*" com 2 títulos e "*Pra Soletrar A Liberdade*" com 1 título. Estas bem cuidadas produções levam a cada acampamento e a cada assentamento subsídios para que se faça uma melhor prática pedagógica. Quando são referidas as publicações poderia se alinhar a produção de alguns livros, livretos, álbuns seriados e discos e fitas com músicas de artistas militantes.

Uma das dificuldades para levar as ações do Setor de Educação para todo o Brasil é a extensão territorial do país. Uma das alternativas para superar isso tem sido a realização de encontros nacionais e regionais. Alguns desses mais recentes são: ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária; ENEJA- Encontro Nacional de Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos do MST; Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em parceria com CNBB, UNESCO, UNICEF e UnB; ENEFA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores do Ensino Fundamental do MST; Conferência Regional do Centro Oeste, “Por Uma Educação Básica do Campo”; Encontro Estadual dos Sem Terrinha do Rio Grande do Sul⁵.

Muitas destas atividades merecem o reconhecimento externo e por isso tem recebido premiações. As mais recentes são: Prêmio Educação e Participação “Por uma escola de qualidade no meio rural”, dezembro 1995, concedido pelo Itaú & Unicef; Prêmio Alceu Amoroso Lima de Direitos Humanos em agosto de 1999, concedido pela Fundação Alceu Amoroso Lima; Prêmio Pena Libertária pela Escola Itinerante, em outubro de 1999, concedido pelo SINPRO/RS; “Por uma Educação Básica do Campo”, em novembro 1999, concedido pelo Itaú & Unicef.

É importante destacar que, mesmo que o MST não defenda uma guetização da Educação, ele está muito preocupado com uma escola que responda àquelas que são exigências mais próximas dos sujeitos que recebem as ações desta escola. É impossível deixar de reconhecer, quanto várias das escolas que conhecemos não respondem as necessidades daquelas e daqueles que as freqüentam. Isto me faz acreditar na simplicidade da frase que fiz epígrafe deste texto e que recolhi na escola “Uma Terra de Educar”, em Braga e é capitular de uma das seções do livro *Para que(m) é útil o ensino?*: “Se a Educação que os ricos inventaram ajudasse o povo de verdade, os ricos não davam dessa Educação prá gente.” Realmente, prefiro crer que a Educação que o MST oportuniza está contribuindo para fazer mulheres e homens mais críticos para que estas e estes sejam mais capazes de interferir na sociedade que estão inseridos e modificá-la para melhor.

Permito-me, como encerramento, ratificar uma vez mais o crédito nesta quase epopéia aqui palidamente narrada. Tenho planos de, ainda por muitos anos, poder emprestar a minha colaboração como educador ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Lamentavelmente, não posso sonhar que a minha colaboração com este fabuloso movimento se encerre com uma certa brevidade, pois parece estar ainda distante o tempo em que o MST deixe de ter necessidade de existir pelo fato de que todos que precisam já tenham acesso à terra e, com esta, também à Educação.

Bibliografia referida

- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALDART & KOLLING, Edgar. O MST e a Educação. In: STEDILE, João Pedro. *O MST e a luta pela Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1997
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Petrópolis: Vozes, 2000.
- KNIJNIK, Gelsa. Intelectuais, Movimentos Sociais e Educação. p. 57-81. In VEIGA-NETO, Alfredo (org) *Crítica Pós-estruturalista e Educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- KNIJNIK, Gelsa. Intelectuais. *Exclusão e Resistência Educação Matemática e Legitimidade Cultural*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1996.
- MST. *Cadernos de Educação do Movimento Sem-Terra*, nº8. 1996.

Notas

- 1 Uma discussão aprofundada de tais princípios está em Caldart & Kolling (1997)
- 2 CHASSOT, Attico. Alfabetização científica : questões e desafios para a Educação. Ijuí : Editora UNIJUÍ, 2000, 432 p. ISBN 85-7429-145-5
- 3 Por uma questão de justiça, devo creditar essa iniciativa a inspiração que tive em Michael Apple, quando em palestra no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, no dia 05 de julho de 2000, falou lateralmente da destinação dos direitos autorais de seus livros. Imediatamente accesei a Editora, que já finalizava a obra. Afortunadamente, ainda foi possível aditar a informação, que valoriza minha publicação.
- 4 *Ciranda Infantil* é o nome dado pelo MST a tempos e espaços educativos dos Sem Terrinha da faixa etária de zero a seis anos. Ver nota seguinte.
- 5 Dentre os encontros citados, vale destacar esse, como destaca fica ratificada a construção histórica da categoria *crianças Sem Terra* ou *Sem Terrinha*, denominação não usada com exclusividade para os filhos dos assentados e acampados Caldart (2000), mas que já se constitui um novo sujeito social nas lutas para vencer as desigualdades na realidade brasileira. A realização de um congresso desse grupo social parece ser indicativo dessa condição.
- 6 CHASSOT, Attico. Para que(m) é útil o ensino? Canoas: Editora da Ulbra, 1995, 196p. ISBN 85-85692-13-9.



Documentos del Conflicto

La “Guerra del Agua” en Cochabamba - Bolivia

*Comunicado de la “Coordinadora del Agua”
al cabo de las movilizaciones de enero de 2000*

COD, FEDECOR, FTFC, FDTEUC, PROFESIONALES, FSTCC Coordinadora Departamental de Defensa del Agua y de la Vida

“Los bolivianos jamás hemos tenido alma de esclavos”

■ Comunicado No. 6

La Coordinadora Departamental de Defensa del Agua y de la Vida hace conocer a todos los valerosos hombres, mujeres y niños que con esfuerzo, sacrificio y valentía sostuvieron el Gran Bloqueo por la Dignidad Civil, el siguiente balance del movimiento:

1. Nuestra combativa y compacta movilización ha sido un triunfo; el primer triunfo en la dura y larga pelea por defender los intereses del pueblo sencillo y trabajador contra las imposiciones y negociados del mal gobierno de empresarios y politiqueros.

2. A lo largo de todo el movimiento se ha mostrado la enorme fuerza y unidad de la Federación de Regantes (FEDECOR) y Comités de Agua Potable de las provincias organizada en toda la zona rural. Esta organización ha sido y será la columna vertebral de las siguientes movilizaciones. En el Cercado, si bien los bloqueos en amplias zonas populares fueron igualmente contundentes, tuvieron la debilidad de estar dispersos. Ha sido decisiva la participación de los compañeros de la Federación del Autotransporte, particularmente de TRANSPECO, quienes en todo momento trabajaron por la unidad del pueblo de Cochabamba y participaron decididamente en el refuerzo del Bloqueo.

3. En las zonas urbanas, las fuerzas movilizadas fueron básicamente los hombres y mujeres organizados en torno a varias Juntas Vecinales y a los Comités Urbanos de Agua Potable creados en los barrios para conseguir acceso al agua y dispuestos a defender lo que es enteramente suyo. La Coordinadora llama a todos los Comités de Agua Potable a registrarse en la Coordinadora de Defensa del Agua (la Sede funciona en la Federación de Fabriles, Plaza Principal, y en la Sede de la Federación de Regantes -FEDECOR-, Calle Uruguay N° 648), para que las siguientes movilizaciones puedan realizarse de manera más organizada y contundente.

4. En relación al convenio con el autodenominado gobierno boliviano, expresamos lo siguiente:

- Los puntos principales exigidos por los Regantes y los Comités de Agua Potable están contenidos en el Convenio: todos los pozos, infraestructura de riego y fuentes de agua (aguas subterráneas, lagunas, ríos-tajamares, vertientes), quedan fuera de la intervención de Aguas del Tunari y somos nosotros quienes seguiremos utilizando y decidiendo sobre el Agua según nuestros usos y costumbres.

• Dado que el gobierno se ha comprometido a revisar, modificar y complementar la Ley de Agua Potable, y a consensuar la futura Ley del Recurso Agua de acuerdo a usos y costumbres, según el Convenio firmado para levantar el Bloqueo, tenemos una importante tarea en conjunto, Asociaciones de regantes, Comités de agua, vecinos, trabajadores y pueblo en general. La tarea de todos es que estas leyes expresen los derechos de las organizaciones de los Regantes y los Comités de Agua, y que consoliden la seguridad jurídica de los derechos ya existentes. Las Asociaciones de regantes y Comités de Agua Potable deben estar discutiendo los nombres de las personas que conformarán las comisiones para la modificación de la Ley de Agua Potable y para la futura Ley del Recurso Agua; y para sacar del Contrato con Aguas del Tunari todos los puntos que perjudican al Valle Central y al Valle de Sacaba.

• En relación a la ciudad, el problema del engañoso contrato con Aguas del Tunari está pendiente y el tarifazo solamente se ha postergado y ha de ser discutido por una Comisión. Por eso mismo, todos los cochabambinos y cochabambinas, especialmente los de la ciudad, necesitamos estar en apronte, fortaleciendo la nueva organización popular en torno a los Comités Urbanos de Agua Potable que nos ha de permitir triunfar también en la segunda batalla contra los abusos de Aguas del Tunari y sus aliados del gobierno.

5. Después de muchos años, el pueblo cochabambino ha dicho BASTA, se ha levantado y ha obtenido un primer triunfo. En esta ocasión, el movimiento no ha sido dirigido ni por politiqueros, ni por partidos, ni por irresponsables: la gente humilde y trabajadora, todos nosotros hemos discutido, hemos decidido y hemos ejecutado. Esta experiencia de Asambleas constantes, de reuniones permanentes y de confianza colectiva es nuestro principal recurso para defender lo que es nuestro. En este movimiento se ha mostrado que cuando el pueblo todo se levanta no existe lugar ni para tibios ni para irresponsables.

Cochabamba unida, Cochabamba victoriosa

15 de enero de 2000

*Comunicado de la "Coordinadora del Agua"
al cabo de las movilizaciones de febrero de 2000*

Coordinadora Departamental por la Defensa del Agua y de la Vida

■ **¡Y... EL AGUA SIGUE SIENDO NUESTRA!**

La Coordinadora Departamental de Defensa del Agua y de la Vida al terminar la segunda batalla de la larga lucha por el agua y la vida, expresa lo siguiente:

1. Pese a que el mal gobierno lanzó a criminales vestidos de policías a aplastar la voz de la población de Cochabamba, instruyendo reprimir una marcha pacífica programada para el viernes 4, la multitud, los cochabambinos y cochabambinas de la ciudad y el campo, ahora sí, unidos en una sola voz, en un solo cuerpo que resiste, hemos hecho parar la masacre que estaba preparando el carnicero Guiteras.

¡Las piedras han derrotado a los gases y balines! ¡La dignidad de los ciudadanos derrotó la cobardía de mediocres y corruptos funcionarios gubernamentales! ¡La solidaridad venció la intriga! ¡Hemos perforado la cínica defensa gubernamental de los negociados de unos cuantos empresarios! Entramos a la Plaza tras dos días de batalla tal como dijimos, jubilosamente, para decir que Cochabamba no se rinde, que el Agua no está en venta, para recuperar la palabra, la democracia; en fin, para mostrar que en relación al agua, somos nosotros los que decidimos y que no estamos dispuestos a someternos a lo que digan ministros, empresarios e instituciones financieras internacionales. Eso es lo que esforzada y decididamente hizo la población cochabambina de la ciudad y el campo, acompañada por nosotros.

2. Por otro lado, la Coordinadora saluda la masiva respuesta de la población de la ciudad que ahora sí, de manera contundente, se ha volcado a la calle a defender lo que es suyo. En esta oportunidad, regantes, organizaciones provinciales, campesinos y cocaleros, se lograron fundir con una gigantesca cantidad de vecinos y vecinas, comerciantes, trabajadores y población urbana sencilla y luchadora para enfrentar la brutalidad policial, para resistir a los gases y para avanzar en la lucha por el Agua, que no ha terminado pero sin lugar a dudas se ha reforzado.

3. En esta batalla hemos conseguido lo siguiente:

- Congelamiento de las tarifas al mes de octubre. Esto es, EL TARIFAZO YA HA QUEDADO SIN EFECTO, cualquier incremento estará en función de las posibilidades de la gente. Sin embargo, esto no cubre todos los objetivos que tenemos: nosotros rechazamos el contrato de concesión con Aguas del Tunari y seguimos en apronte para que se modifique sustancialmente.

- En relación a la Ley de Agua Potable y Alcantarillado Sanitario se ha conseguido la seguridad jurídica de los usos y costumbres de los sistemas de agua potable y riego de las cooperativas, comités y asociaciones del área rural y urbana. Esto significa que ya no habrá monopolio en la concesión de aguas y que se reconoce legalmente la existencia y autoridad de las iniciativas que la población ha tomado, por cuenta propia, para dotarse y gestionar el agua. En este punto, los cochabambinos y cochabambinas hemos preparado las condiciones para que la lucha por el agua adquiera el carácter nacional que le corresponde; ya que en todas partes existen sistemas de riego y consumo de agua basados en prácticas tradicionales que están siendo agredidos por la privatización y dolarización que permitía la Ley de Agua Potable antes de la lucha.

- En tercer lugar, se reafirmó la voluntad de toda la región de llevar adelante el proyecto múltiple Misicuni, pero esto no se hará a expensas y a espaldas del pueblo como se hizo con la concesión a Aguas del Tunari que fue avalada por el silencio cómplice de políticos, autoridades y dirigentes cívicos. La población cochabambina unida como está hoy, obligará a los gobernantes a que Misicuni realmente sea en beneficio de los ciudadanos y que sus costos sean reales y no inflados.

- El otro gran logro de esta movilización es que perdimos el miedo. Salimos de nuestras casas y de nuestras comunidades para hablar entre nosotros, para conocernos, para aprender nuevamente a confiar unos en otros. Ocupamos las calles y los caminos porque somos los verdaderos dueños. Lo hicimos en base a nuestra propia fuerza. Nadie nos pagó, nadie nos dio ficha ni nos multó. Para nosotros, población trabajadora de la ciudad y el campo, este es el auténtico significado de la democracia: decidimos y hacemos, discutimos y ejecutamos. Arriesgamos la vida para cumplir lo que nos proponemos, lo que consideramos justo. Democracia es soberanía del pueblo y eso es lo que hemos hecho.

El 4 y 5 de febrero marcan un hito más en la historia de la lucha social de Bolivia. Los gobernantes han temblado y han tenido miedo. La gente sencilla hemos peleado y hemos celebrado. No podemos bajar la guardia ahora, el camino de unirnos, de confiar, de dialogar entre nosotros, de ocupar las radios y convocarnos unos a otros, de organizarnos y pelear, ha empezado.

5. Esta batalla la hemos ganado. Después de 15 años estamos disfrutando el júbilo de un triunfo. Sin embargo, falta mucho. No podemos confundirnos, hemos ganado sólo una batalla y sobre esa fuerza hay que seguir avanzando. Son varias las tareas para los próximos días:

- Fortalecer las organizaciones de base que forman parte de la Coordinadora como los Comités urbanos y rurales de agua potable, las asociaciones de regantes, las brigadas de jóvenes combatientes que tan valerosamente mantuvieron a raya a la policía durante dos días.

- Continuar entendiendo y discutiendo la temática del agua en Asambleas de barrios y comunidades. Asimismo llevar esta voz cochabambina de esperanza y de lucha a todos los rincones del país porque el cambio de la Ley 2.029 compete a todos los bolivianos.

- Exhortamos también, a la valiente población que luchó estos dos días sacrificadamente, a que pida cuentas a los dirigentes que han mostrado posturas ambiguas. No necesitamos en estos momentos, ni tibios ni irresponsables. Necesitamos dirigentes respetuosos de las bases, que escuchen y conduzcan, que no se vendan y que no se asusten.

Cochabambino, Cochabambina, la sangre derramada, los esfuerzos realizados, los gases y balines soportados y resistidos han valido la pena. Hemos ganado otra batalla y hay esperanza, hay futuro, hay vida.

Cochabamba, 6 de febrero de 2000

*Fragmento de la Denuncia enviada por la “Coordinadora del Agua”
a los Organismos de Derechos Humanos frente a la represión y
detención de dirigentes de la misma en los primeros días de abril de 2000*

Cochabamba, 8 de abril de 2000

■ Denuncia de secuestro de dirigentes de la Coordinadora Departamental de Defensa del Agua y la Vida.

La ilegalidad de esta represión del gobierno se produce en el contexto de la lucha del pueblo de la ciudad de Cochabamba y de los campesinos regantes de los valles circundantes por una administración honesta del servicio de agua potable y por una ley de agua potable y alcantarillado que respete el derecho de los grupos sociales a administrar con autonomía sus recursos hídricos.

Como usted sabe, los antecedentes de la represión actual ocurrieron los días 13 y 14 de enero y, con mayor brutalidad, los días 4 y 5 de febrero de este año, cuando fuerzas policiales reprimieron salvajemente a la población cochabambina que expresaba su decisión de no pagar incrementos desmesurados de la tarifa de agua.

La protesta ciudadana del 4 y 5 de febrero concluyó con la firma, por parte del gobierno, la brigada parlamentaria y las instituciones cochabambinas, entre ellas la Coordinadora, del Acuerdo por Cochabamba, garantizado por Monseñor Tito Solari y José Luis Baptista, representante del Defensor del Pueblo, acuerdo que establecía 30 días de plazo sin movilizaciones para negociar soluciones a los temas del incremento tarifario, contrato con la empresa Aguas del Tunari, modificación de los artículos de la Ley 2.029 de Agua Potable y Alcantarillado que atentan contra los derechos de usuarios y regantes, y análisis técnico del proyecto múltiple Misicuni.

Las negociaciones, realizadas por cuatro comisiones encargadas de los temas específicos mencionados, avanzaron en el tema de la Ley 2.029, pero se atascaron en los otros tres asuntos. Entre febrero y marzo, los cochabambinos se enteraron de que el contrato con Aguas del Tunari es escandalosamente lesivo a sus intereses, de que este contrato tiene cláusulas confidenciales, de que la empresa no tiene capitales registrados, no ha invertido ningún dinero según es su obligación contractual, y de que importantes empresarios-políticos del MIR, ADN y MNR son accionistas de la empresa consorcio.

Mientras el período de negociación se cumplía superabundantemente, la Coordinadora organizó, el 26 de mayo, una Consulta Popular, en la que aproximadamente 50 mil ciudadanos cochabambinos rechazaron el alza de tarifas, exigieron la rescisión del contrato de concesión con Aguas del Tunari, y rechazaron la privatización del recurso agua. El día martes 4 de abril, dos meses después del Acuerdo por Cochabamba, la Coordinadora de Defensa del Agua y la Vida convocó a ciudadanos y campesinos a bloquear calles y caminos para presionar al gobierno y solucionar el problema. La respuesta de la población fue masiva, organizada y militante: el bloqueo paralizó la ciudad, los valles cercanos y aun zonas rurales distantes.

Inicialmente, el gobierno no quiso negociar, pero la fuerza de la movilización popular lo obligaron a hacerlo el jueves 6. Alas diez y media de la noche del jueves, cuando los representantes de todas las instituciones importantes de Cochabamba (Alcaldía Municipal, empresarios

privados, Comité Cívico), reunidos en la Prefectura, aceptaron como suyas las demandas de la Coordinadora de rescindir el contrato con Aguas del Tunari y de exigir la modificación acordada de la Ley 2029, fueron apresados a traición, por orden, aparentemente, del viceministro Orias, presente en la misma Prefectura. Monseñor Solari se declaró preso en solidaridad con los dirigentes. A las 4 de la madrugada del viernes 7, los dirigentes fueron liberados.

El día viernes 7 de abril, ante la noticia de este abuso, la población de Cochabamba reaccionó masivamente, reforzando los bloqueos ciudadanos y rurales, y ratificó su apoyo a la Coordinadora concentrándose en la plaza 14 de Septiembre para exigir una pronta solución del problema. A la tarde, en un clima de total consenso de los cochabambinos con las demandas de la Coordinadora, las instituciones mencionadas se reunieron con la oficialistas también decidieron que la solución era la aceptación de las demandas de la Coordinadora. Entonces, el prefecto Hugo Galindo comunicó a Solari que “más vale romper un contrato que perder vidas de cochabambinos” y le dijo que una autoridad competente del gobierno le garantizaba la cancelación del contrato con Aguas del Tunari.

A las cuatro y media de la tarde del 7 de abril, luego de haber transmitido Solari este compromiso del Prefecto a los dirigentes de la Coordinadora y las instituciones cochabambinas, el pueblo, la gente reunida en los alrededores de la plaza 14 de Septiembre, que sumaba probablemente más de 50 mil personas, empezaron a festejar el triunfo de la mitad de sus reivindicaciones: la salida de Aguas del Tunari. La Coordinadora difundió su decisión de levantar los bloqueos en un cuarto intermedio hasta el lunes 10, a la espera de la aprobación en el Parlamento de las modificaciones a la Ley 2.029. A las siete de la noche, el arzobispo Solari celebró una misa de regocijo en la catedral.

Pero a la salida de la misa, en la puerta misma de la iglesia, la policía atacó a los fieles asistentes con gases lacrimógenos. Después ocurrieron, entre otros asaltos y abusos, los que denunciamos en la primera parte de esta carta.

Nosotros, dirigentes de la Coordinadora Departamental de Defensa del Agua y la Vida que no hemos sido apresados, le comunicamos que, obligados por la decisión unánime e inquebrantable del pueblo de Cochabamba de seguir luchando hasta lograr sus exigencias, hemos instruido, desde la clandestinidad, la reinstalación de los bloqueos en todas las cuadras de la ciudad y en todos los puntos necesarios de carreteras y caminos en el campo.

En este contexto de fuerza y abuso desatados por el gobierno y de resistencia popular generalizada contra el estado de sitio, vigente en los hechos sino decretado ya, serán inevitables mayor represión y violencia. Por esto, le pedimos que haga lo posible por interponer su voz de autoridad moral para así frenar la violencia abusiva del gobierno contra los cochabambinos.

Le urgimos a que se ocupe de este caso flagrante de violación de los derechos humanos de las personas por parte del gobierno, le pedimos que exija garantías para nuestra seguridad y libertad personales, y le instamos a que facilite la documentación de este abuso para luego juzgar y sancionar a sus responsables, los funcionarios de gobierno encargados de la represión. Le pedimos que averigüe el paradero de los dirigentes secuestrados y que gestione su libertad. Consideramos que la implantación del estado de sitio, de la cual no tenemos aún confirmación, no justifica el presente abuso de la libertad de nuestros compañeros dirigentes de la Coordinadora ni el desconocimiento y pisoteo de la voluntad de todo el pueblo de Cochabamba, que sólo quiere agua y vida.

Le agradecemos su atención y preocupación.

Carmen Peredo Montaña
Representante Coordinadora Departamental de Defensa del Agua y de la Vida

El Movimiento Sin Tierra (MST) de Brasil

BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA EM 1999

1999: UM ANO DE MUITA PROPAGANDA E REPRESSÃO E POUCA REFORMA AGRÁRIA

Apresentamos a seguir um balanço do que aconteceu durante o ano de 1999, em termos de realização da reforma agrária no país. Infelizmente o balanço é negativo. O governo, cada vez mais comprometido com um modelo econômico concentrador, abandonou de vez a reforma agrária. Apela apenas para os conselhos do Banco Mundial e para a propaganda para iludir a opinião pública.

Vejam a seguir os principais elementos desse balanço.

1. O modelo econômico:

Durante o ano de 99 se evidenciou para a sociedade brasileira a verdadeira natureza do modelo econômico adotado pelo Governo FHC (do Presidente Fernando Henrique Cardoso), com a crise cambial de janeiro e a crescente dependência e vulnerabilidade a que está submetida a economia brasileira. Nessa economia subordinada apenas aos interesses do capital internacional – representado pelas empresas multinacionais, pelo capital financeiro especulativo e pelos grandes bancos – não há mais espaço para uma economia nacional, voltada para o mercado interno e para as necessidades básicas da população. O Brasil virou apenas um cassino do capital internacional que vem aqui para obter o maior lucro possível.

2. A crise da agricultura brasileira:

Subordinada a esse modelo econômico, a agricultura como um todo, e em especial a agricultura familiar, continua enfrentando a pior crise de toda sua história. A área cultivada continua diminuindo. A produção está estagnada há 10 anos e a renda dos agricultores continua caindo. Apenas ganham dinheiro os que se dedicam à exportação. E o resultado é de que nos últimos dez anos, registrados pelo censo agropecuário, cerca de 942 mil estabelecimentos com menos cem hectares desapareceram. E o mercado passou a ser abastecido pelo comércio mundial controlado pelas multinacionais e passamos de um bilhão para oito bilhões de dólares gastos com importações de produtos agrícolas.

3. A estratégia do governo para a reforma agrária:

Diante do modelo econômico adotado e da falência da agricultura nacional voltada para o mercado interno, em especial a agricultura familiar, como se poderia imaginar que o governo adotaria a estratégia de, de fato, distribuir as grandes propriedades? E imaginar que realizaria a reforma agrária? Se a reforma agrária está casada com a distribuição de renda na cidade (e continua havendo cada vez mais concentração), com o mercado interno e com o fortalecimento da agricultura familiar.

O governo não quer fazer uma verdadeira reforma agrária. E para enganar a opinião pública passou a adotar, a partir de 99, as medidas orientadas pelo banco Mundial, através do Banco da Terra e do Novo Mundo Rural. Ambos são, na prática, a adoção tardia do neoliberalismo na questão agrária. E as medidas foram complementadas, ainda, por gastos cada vez maiores em propaganda.

4. Banco da Terra:

O governo assinou um convênio com o Banco Mundial que previa o financiamento de 2 bilhões de dólares, em quatro anos, a serem aplicados meio a meio – entre o governo e o banco – para compra de terras e para viabilizar obras nos assentamentos. Na prática, o banco da terra serviu mais como propaganda, para evitar as desapropriações. O governo destinou apenas 120 milhões para compra de terras, o que representaria o atendimento a apenas 15 mil famílias.

Por outro lado, os movimentos sociais (MST, Contag, MPA), entidades de apoio (INESC, rede Brasil) e as igrejas se unificaram contra essa proposta e conseguiram barrar sua implantação massiva. As entidades entraram com dois pedidos de auditoria (inspeção do banco) baseadas na falsidade dos objetivos de combater a pobreza e nos casos de corrupção que se praticam. O segundo pedido está ainda em análise.

O próprio Banco Mundial, que pretende ser democrático, teve que recuar. Desacelerou a liberação de recursos, condicionando que os recursos externos não fossem aplicados na compra de terras mas apenas em obras nos assentamentos. Condição o convênio apenas para os estados do sul e do nordeste.

Apesar da propaganda do governo de que o banco da terra seria a solução, não conseguiu convencer nem sua equipe econômica. O conselho monetário nacional impôs uma taxa de 6% de juros anuais mais o índice de IGP, que corresponde, no ano de 99, a mais 20,14% e que inviabilizou completamente o pagamento por parte dos incautos sem-terras que se iludiram.

Mesmo assim, o governo insistiu com o Banco da Terra na região sul, muito mais como propaganda para evitar que os sem-terras despolitizados se somassem ao MST. Existem, especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, listas de sem-terras organizadas pelas Prefeituras, políticos e todo tipo de interesseiros, prometendo terra fácil e sem necessidade de acampar.

Mas, por outro lado, vários governos estaduais, seja de oposição e até mesmo da situação como em São Paulo, se recusaram a aderir ao banco da terra e representaram um revés nas intenções do governo.

5. O “Novo Mundo Rural” e os recursos para assentamentos:

Outra tática do governo, orientado pelo Banco Mundial, foi criar uma nova metodologia de assentamentos, chamado de Novo Mundo Rural. Em dita tática se transferia para os assentados a “liberdade” deles próprios fazerem o assentamento. O INCRA transferiria para uma conta dos assentados um certo recurso por família e os assentados teriam que assumir todos os encargos: medição final da área, construção de estradas, contratação de assistência técnica, etc...

Os movimentos sociais se opuseram também, de forma unânime, a esse embuste. Na maioria dos estados os próprios funcionários do INCRA foram contra tal metodologia. Na verdade essa metodologia retira do estado a responsabilidade de garantir as obras sociais e de infraestrutura necessárias e que viabilizam os assentamentos. E retira, ainda, a própria função do INCRA.

Nesse aspecto criou-se um impasse. Em alguns estados o governo conseguiu ir empurrando essa metodologia, mas em outros houve uma paralização. E, no final, quem pagou a conta foram os assentados, que durante todo ano praticamente não tiveram recursos liberados para as obras de infraestrutura ou para os créditos de implantação. E mesmo estando “em cima” das áreas já liberadas não conseguiram construir suas casas, nem desenvolver a produção.

6. As desapropriações e os recursos de assentamentos:

O governo anunciou que no ano de 99 teria assentado mais de 85 mil famílias. Todos os funcionários do INCRA sabem que as áreas começaram a ser liberadas somente no segundo semestre e que praticamente durante todo primeiro semestre não houve desapropriações, já que o governo apostava no Banco da Terra. Esses dados serviram apenas para propaganda.

Primeiro as desapropriações foram inferiores à própria propaganda do governo, que disse ter assentado 105 mil em 98. Segundo, e sobretudo, o governo repetiu a mesma tática de 94-98: liberou áreas com capacidade de assentamento nas regiões norte e centro-oeste, onde é mais fácil conseguir terras públicas ou conseguir terras beneficiando os fazendeiros. Cerca de 68% das 85 mil famílias que teriam sido assentadas estão localizadas em projetos na região norte e centro-oeste. Todos sabem que nas regiões sul, sudeste e nordeste não houve praticamente assentamentos e os conflitos aumentaram.

O governo considera uma família como assentada, pelo simples fato de estar inscrita num projeto de assentamento. Mas para ser de fato assentada a família precisa ter seu lote definido, ter recursos para a casa e para a produção. Já no primeiro mandato, haviam sido liberados recursos para crédito de fomento e alimentação para somente 60% das famílias que teriam sido assentadas e, para apenas 40%, os recursos de habitação. Esses indicativos são os que revelam de fato o número de famílias assentadas.

7. Orçamento do INCRA:

O governo usou de todos os instrumentos possíveis para sucatear o INCRA, já que agora a filosofia é a de deixar que o “mercado” resolva os problemas de terra. E um deles foi o orçamento do INCRA.

Os técnicos haviam incluído na primeira proposta orçamentária a necessidade de um volume de 2,5 bilhões de reais para assentar as 85 mil famílias propostas. No Ministério do Planejamento o orçamento foi cortado para 1,9 bilhões e, depois da crise cambial, por imposição do FMI, reduziu-se ainda mais para 1,2 bilhões. Até o mês de outubro, o INCRA tinha liberado apenas 35% desses recursos.

8. Recursos para a produção:

O ano de 99 foi uma verdadeira tragédia para os assentados. O governo acabou com o PROCERA e empurrou todos os assentados para o mesmo programa dos pequenos agricultores, onde as condições de pagamento e prazos eram piores. Resultado: não houve nem recursos suficientes para os pequenos agricultores familiares e muito menos para os assentados.

9. Acampamentos de sem-terras:

Como resultado da falsa reforma agrária do governo, se multiplicaram em todo país o número de acampamentos. Chegou-se ao final do ano com mais de 500 acampamentos que agrupavam mais de 72 mil famílias.

10. Recrudescimento da violência em alguns estados:

Com o processo de reforma agrária andando de marcha-ré e diante da falta de iniciativas

do governo federal, permitiu-se que os latifundiários e seus setores mais conservadores se articulassem para reprimir e realizar despejos por conta própria. Da mesma forma, alguns governos estaduais mais fiéis ao governo federal, tentando aplicar a política nacional, se anteciparam e usaram a violência contra os sem-terras.

Assim, houve um recrudescimento da violência contra os sem-terras em algumas regiões do país, onde coincidia a força maior do conservadorismo dos fazendeiros com a benevolência dos governos estaduais em relação a eles. O aumento da violência registrou-se principalmente nos estados do Paraná, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Pará e na região do Triângulo Mineiro.

11. A propaganda do governo:

O único item do orçamento do INCRA que foi plenamente gasto foi o dos recursos para a propaganda. O Governo centrou sua propaganda em que: estava realizando a maior reforma agrária do mundo, havia derrotado o latifúndio no país, estava criando bolsa-escola para os filhos dos assentados, e iria acabar com as grandes áreas de latifúndio na região amazônica.

Qualquer cidadão minimamente informado sabe a força e as ligações que os latifundiários continuam tendo no poder local, nas prefeituras, nos governos estaduais e no governo FHC. Basta acompanhar o noticiário político.

Em outros anos o governo se utilizou do mesmo expediente – o da propaganda – para criar soluções milagrosas em torno do novo ITR, da nova Lei Agrária, das áreas do INSS, das áreas do Banco do Brasil e das áreas da maconha para realizar reforma agrária. Passado o tempo, todos perceberam que se tratava apenas de propaganda.

12. A sociedade continua apoiando a reforma agrária:

Apesar das mentiras do governo e da manipulação permanente que faz dos meios de comunicação contra os sem-terras, a sociedade já está vacinada contra essas enganações. Sabe que a reforma agrária não está sendo feita e que é uma necessidade para resolver os problemas econômicos e sociais do país. Várias pesquisas de opinião pública indicaram isso.

Mas, além das pesquisas, que também podem ser manipuladas, o MST percebe o apoio da sociedade através de outras manifestações concretas. Foi a sociedade brasileira que impediu o recrudescimento da violência contra o sem-terra no Paraná, que exigiu a anulação do julgamento de Carajás, que garantiu apoio às diversas marchas de sem-terras realizadas nos estados e a marcha popular para o Brasil.

É como fruto desse apoio da sociedade que muitos governos estaduais preferiram inclusive afastar-se do governo federal na política agrária e apoiar as ações dos sem-terras.

O Povo Brasileiro está cada vez mais consciente da necessidade da reforma agrária. Se a sociedade não estivesse defendendo os sem-terras e o MST, a repressão e o governo federal já teriam destruído o MST, utilizando-se de qualquer pretexto. Como, aliás, tentaram fazer de

Declaración del 4^{to} Congreso Nacional del MST realizado en Brasilia del 8 al 12 de agosto de 2000

“Manifiesto del MST al pueblo brasileño”

■ Estuvimos acampados en Brasilia, con más de 11 mil delegados llegados de 23 estados del país, hombres y mujeres, niños, jóvenes y adultos, del medio rural, compartiendo sacrificios, alegrías y esperanzas. Estuvimos reunidos en el 4to Congreso Nacional del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).

Nuestro país vive una grave crisis. Más esta crisis no afecta a todos. Los más ricos continúan ganando mucho dinero, explotando. Las grandes empresas multinacionales continúan enviando billones de dólares al exterior. Los bancos nunca ganaron tanto dinero como ahora. Pero, para quien vive de su sudor, son cada vez más precarias las condiciones de vida. No hay trabajo; quien tiene empleo gana muy poco; los jóvenes no tienen escuela de calidad; y la universidad dejó de ser pública y gratuita. Mucha gente se ve forzada a salir del interior para ir a las periferias de las grandes ciudades. Allí encuentran miseria y violencia.

¿Dónde está la causa de eso?

Es verdad que nuestra sociedad siempre fue injusta. Como en toda sociedad capitalista, el pobre fue siempre explotado y humillado. Mientras, la clase rica, cada vez más gananciosa, reprimía al pueblo y se sometía a los intereses del capital internacional.

Sin embargo, desde 1994, con la política neoliberal del gobierno de Fernando Henrique Cardoso, los problemas se agravaron todavía más. Esta política económica representa tan sólo los intereses de los bancos y de las empresas multinacionales. A éstas, el gobierno garantiza altas tasas de interés, mercado y ayuda financiera. Basta decir que, en el año pasado, el gobierno gastó 64% del presupuesto de la unión en pagos de intereses de las deudas interna y externa. Y el gobierno de las elites brasileñas, a pesar de todos los problemas sociales, tiene el coraje de, todos los años, enviar 50 mil millones de dólares hacia los países ricos. Por eso falta dinero para la educación, salud, transporte colectivo, casa popular, y generación de empleos.

En la agricultura, la situación es todavía más grande. El gobierno de FHC quiere “modernizar” el medio rural otorgando estímulos solamente a las grandes haciendas exportadoras; entregando el control del mercado agrícola a las empresas multinacionales; y permitiendo a las agroindustrias controlar el abastecimiento de alimentos.

Acabó con sus centros de investigación y desarrollo tecnológico. Así, las conquistas de la ciencia, que pertenecen a la humanidad, hoy son monopolizadas por las multinacionales que detentan sus propios centros de investigación. Ahora, este mismo gobierno, está poniendo toda la investigación de la biotecnología bajo control de las multinacionales, que van a hacer cambios genéticos en las plantas y alimentos, sin ningún control, buscando únicamente aumentar sus ganancias. Poniendo, así, en riesgo el medio ambiente, la salud de los agricultores y de los consumidores.

Lo más grave, para favorecer la explotación y especulación sobre los pequeños agricultores y consumidores, el gobierno acabó con las reservas reguladoras de alimentos. Estos también son monopolizados por las agroindustrias multinacionales. La población es rehén de la ganancias de esos grupos.

En la política, proliferan, todos los días, noticias de corrupción y latrocinios con el dinero y patrimonio del pueblo. Hay un sector, cada vez mayor, de las clases dominantes que se está enriqueciendo apenas con el desvío del dinero público, con el narcotráfico, con el contrabando. Esos sectores son tan poderosos e influyentes, que involucran a magistrados, jueces, comandantes de la Policía Militar, diputados, senadores, dueños de medios de comunicación, banqueros, militares... y llegó hasta el ex-secretario de Planalto (la casa presidencial). Este, considerado el brazo derecho del gobierno, está sindicado de pertenecer al grupo que promovió el robo de 169 millones de reales, destinados a la construcción del edificio del Tribunal de Justicia del Trabajo de São Paulo.

¿Nuestro país tiene sentido?

Nosotros respondemos que sí. Pero será necesario que el pueblo brasileño se levante, se organice y salga a las calles, para luchar por sus derechos históricos. Es posible, sí, construir otro proyecto para Brasil. Un Proyecto Popular, orientado a las necesidades del pueblo. Vamos a necesitar cambios radicales. Es preciso impedir que los bancos, las multinacionales y los ladrones del pueblo continúen enriqueciéndose. Es preciso suspender el pago de la deuda externa. Es preciso controlar el sistema financiero y la tasa de intereses. Es preciso determinar que los bancos usen el dinero para financiar la producción, y no la especulación. Es preciso renegociar la deuda interna y priorizar el presupuesto público en educación, salud y agricultura. Retomar las riendas de la política económica, que sea administrada por brasileños en favor de nuestro pueblo, rompiendo el acuerdo con el FMI. Es preciso implementar una reforma agraria, asociada con un nuevo modelo agrícola, que garantice renta a los agricultores y futuro para quien vive en el medio rural.

Con los recursos que dejarán de ser enviados al exterior y a los bancos, se deberá formar un fondo nacional de inversiones sociales, para la generación de empleos y el aumento del poder adquisitivo de la población.

En fin, no hay ninguna razón económica o social que impida a nuestro pueblo tener acceso a tierra, trabajo, vivienda digna, escuela pública de calidad y alimentación para todos los brasileños. Pero es preciso tener coraje para cambiar el gobierno, cambiar la política económica y enfrentar a la ganancia de los poderosos.

Los próximos meses y años serán decisivos para el futuro de nuestro país. O recuperamos nuestra soberanía o seremos condenados a ser una nueva colonia del gobierno de los Estados Unidos, que está con el ojo puesto hasta en nuestra Amazonia.

Por eso, como un movimiento social de los trabajadores rurales sin tierra, nos comprometemos y convocamos a todas las organizaciones del pueblo brasileño, a organizarse y luchar por esos cambios.

Precisamos exigir la instalación de una Comisión Parlamentaria de Investigación para aclarar los casos de corrupción, que involucran a altas autoridades del gobierno. Proponemos que todos se impliquen en el plebiscito popular contra el pago de la deuda externa, a realizarse en la semana de la Patria, del 2 al 7 de septiembre. Precisamos derrotar a ese gobierno y a los ricos en las próximas elecciones, y elegir candidatos progresistas que estén realmente comprometidos con el Proyecto Popular.

Precisamos discutir, en la casa, en el trabajo, en las escuelas, en los sindicatos y parroquias, en todos lados, un Proyecto Popular para Brasil.

Y seguir luchando siempre. Todas las conquistas sociales fueron resultantes de grandes luchas populares. Esperamos, junto con todo el pueblo brasileño, construir un Proyecto Popular que conquiste la soberanía de nuestro país, la dignidad y el bienestar de toda la población.